

# CHAMADA DE BOAS PRÁTICAS PARA POLÍTICAS LOCAIS DE GÊNERO



## O QUE?

A Unidade de Gênero e Município da rede Mercocidades, sob a coordenação da Secretaria da Mulher da Prefeitura de Niterói, no Brasil, lança esta Chamada de Boas Práticas para Políticas Locais de Gênero com o objetivo de mapear políticas desenvolvidas por cidades ou governos locais membros da rede Mercocidades que se destacam por apresentarem notável impacto no combate à desigualdade de gênero em seus territórios.

## QUEM?

São convidados a participar governos municipais ou locais membros da rede Mercocidades dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

## POR QUE?

As práticas selecionadas integrarão uma publicação dedicada às Boas Práticas para Políticas Locais de Gênero, que será lançada no ano de 2024 em evento a ser divulgado posteriormente. As boas práticas selecionadas poderão ser reconhecidas publicamente na Cumbre das Mercocidades que será realizada em dezembro deste ano, em Esteban Echeverría, na Argentina.

## QUANDO?

O período de submissão das práticas é entre os dias 5 a 26 de agosto de 2024.

## CONTEXTO:

Historicamente, as políticas públicas omitiram as necessidades específicas das mulheres, adotando uma abordagem neutra com relação a gênero que, na prática, perpetua desigualdades, uma vez que as políticas não consideram as diferenças nas experiências e necessidades de homens e mulheres. Por exemplo, a falta de segurança em espaços públicos e a ausência de transporte e infraestrutura adequada para atividades de cuidado afetam desproporcionalmente as mulheres, limitando seu acesso pleno à cidade e suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A desigualdade de gênero é um problema complexo que exige ações coordenadas em múltiplos níveis de governo, do internacional ao local. Embora as agendas internacionais sirvam de bússola e as políticas nacionais forneçam o quadro geral para guiar a promoção de direitos das mulheres, são as políticas locais que realmente moldam as condições de vida nos territórios.

As cidades têm uma proximidade única com os cidadãos e a capacidade de implementar e gerir serviços essenciais para a vida cotidiana das mulheres. Isso permite que identifiquem e respondam às necessidades específicas de suas populações de forma mais imediata e duradoura. Políticas de gênero desenvolvidas e implementadas a nível local podem ser mais adaptadas e eficazes, refletindo as realidades diversas e dinâmicas de cada comunidade.

Em geral, os governos locais possuem o mandato de fornecer muitos serviços essenciais que impactam diretamente a vida das mulheres, como transporte público, segurança, educação e planejamento dos espaços públicos. A gestão eficaz desses serviços pode promover a igualdade de gênero de maneira mais imediata e tangível. Além disso, as cidades são frequentemente locais de inovação e experimentação, onde novas abordagens e soluções podem ser testadas e ampliadas.

A importância do papel dos governos locais no avanço da agenda de equidade de gênero tem sido cada vez mais reconhecida internacionalmente através do "municipalismo feminista", formado por diversas redes de cidades comprometidas com a temática.

À luz de Pequim+20, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 e 11), da Conferência Habitat III e da XIII Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina, muitas redes de cidades e organizações municipalistas têm incorporado a agenda de gênero como prioridade. A rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) possui um Comitê Permanente sobre Igualdade de Gênero, a rede Metropolis coordena uma Rede Internacional das Mulheres, e a União Ibero-americana de Municipalistas articula a Rede Iberoamericana de Municípios pela Igualdade de Gênero (RIMIG), realizando a Conferência Iberoamericana de Agendas Locais de Gênero a cada dois anos. A rede Mercocidades, por meio da Unidade de Gênero e Município, também tem defendido a pauta de gênero há anos.

Levando em conta os desafios específicos das cidades membro do Mercosul, como altos índices de desigualdade e urbanização, e o histórico movimento feminista da região, esta chamada busca se somar ao municipalismo feminista. O objetivo é apoiar a visibilização de políticas locais de gênero que já têm impacto positivo na vida das mulheres da região. A identificação, reconhecimento e divulgação dessas políticas visam servir de exemplo para cidades da região e do mundo no avanço das agendas de gênero no nível local.

## A CHAMADA DE BOAS PRÁTICAS:

A Unidade de Gênero e Município da rede Mercocidades, coordenada pela Secretaria da Mulher da Prefeitura de Niterói, no Brasil, lança esta Chamada de Boas Práticas para Políticas Locais de Gênero. O objetivo é identificar e mapear políticas desenvolvidas por cidades sul-americanas que tenham um impacto significativo no combate à desigualdade de gênero em seus territórios.

Este projeto faz parte da estratégia da coordenação de Niterói para avançar a agenda da Unidade de Gênero por meio da visibilização e reconhecimento de políticas locais de gênero de sucesso que estão sendo ou foram implementadas. Além disso, visa promover o comprometimento de prefeitas e prefeitos com a agenda de equidade de gênero. A Chamada de Boas Práticas se insere na estratégia de visibilização das práticas em curso e culminará no lançamento da publicação em um evento a ser divulgado posteriormente.

As boas práticas selecionadas também serão reconhecidas publicamente na Cumbre do Mercocidades em dezembro, em Esteban Echeverría, na Argentina, onde serão promovidas rodas de debate abordando os temas mais urgentes endereçados por políticas locais de gênero. Na ocasião da Conferência, também será realizada uma cerimônia de assinatura do Protocolo de Compromisso com Políticas Locais de Gênero.

## QUEM PODE PARTICIPAR?

- As submissões devem ser feitas por governos municipais ou locais membros da rede Mercocidades dos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
- As submissões poderão ser feitas em nome do município ou por representante do órgão que implementou a política de gênero desde que seja o responsável pelo órgão. As práticas podem ser de diversas naturezas:

políticas públicas, programas, legislações, medidas administrativas, iniciativas, projetos, práticas.

- As práticas podem ter sido desenvolvidas com parceiros externos aos governos locais, tais como: terceiro setor, organizações sociais e iniciativa privada.
- Não são elegíveis iniciativas pontuais, como eventos, reuniões, encontros que não façam parte de uma política mais ampla.

## CRITÉRIOS:

- Inovação e originalidade
- Impacto comprovado no nível local
- Participativo e inclusivo
- Integrado ao sistema de políticas municipais
- Relevante para o contexto sulamericano e local
- Potencial de transferibilidade para outros locais
- Interseccionalidade
- Respeito aos direitos humanos

## CATEGORIAS:

1. Governança inclusiva e transversalização de gênero
2. Liderança e empoderamento político
3. Segurança e combate à violência contra a mulher
4. Renda e empoderamento econômico
5. Família e economia do cuidado
6. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos
7. Habitação e planejamento urbano
8. Vulnerabilidade ambiental e climática
9. Interseccionalidade e diversidade
10. Educação e tecnologia

### 1. Governança inclusiva e transversalização de gênero

A integração de perspectiva de gênero nas políticas e ações governamentais é essencial para promover a igualdade de gênero e melhorar a qualidade da democracia. Esta categoria busca identificar práticas e políticas que assegurem a inclusão da perspectiva de gênero em todas as esferas de governança, como processos participativos inclusivos, orçamentos sensíveis ao gênero, coleta e análise de dados sensíveis a gênero e mecanismos de monitoramento e avaliação que considerem critérios de gênero. Além disso, procura iniciativas que promovam a capacitação dos servidores públicos em questões de gênero e a criação de órgãos ou comitês específicos para a igualdade de gênero.

## 2. LIDERANÇA, REPRESENTATIVIDADE E EMPODERAMENTO POLÍTICO

A presença reduzida de mulheres em espaços de poder e decisão limita a implementação de políticas inclusivas. Esta categoria busca identificar práticas, políticas ou programas que incentivem e fortaleçam a liderança feminina no governo e em outras esferas de decisão, aumentando a representatividade das mulheres. Para o desenvolvimento de políticas mais inclusivas, é essencial que haja lideranças comprometidas com a pauta de gênero. Embora ser mulher não garanta automaticamente esse comprometimento, historicamente, muitas políticas inclusivas para mulheres têm sido lideradas por mulheres. Esta categoria busca, portanto, práticas, políticas ou programas que promovam o fortalecimento de lideranças femininas no governo, a representação das mulheres em espaços de decisão e a participação ativa de mulheres em todas as esferas de poder. Além disso, busca-se destacar iniciativas para combater a violência política com viés de gênero, que frequentemente impede a plena participação das mulheres nesses espaços.

## 3. SEGURANÇA E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência de gênero, definida como qualquer ato de violência dirigido contra uma pessoa com base em seu gênero, afeta desproporcionalmente as mulheres e é um problema sistêmico que ocorre em espaços públicos e privados, constituindo uma grave violação dos direitos humanos. Esta categoria busca políticas e práticas abrangentes que previnam, mitiguem e respondam a todas as formas de violência contra mulheres e meninas, incluindo violência física, psicológica, moral, patrimonial, sexual e outras. Além disso, procura iniciativas de apoio às vítimas, como serviços de acolhimento, assistência jurídica, psicológica e financeira, além de campanhas educativas e programas de formação para profissionais que lidam com a questão da violência de gênero.

## 4. RENDA E EMPODERAMENTO ECONÔMICO

A diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo com níveis equivalentes de formação, perpetua a feminização da pobreza e limita as oportunidades de crescimento econômico das mulheres. Esta categoria busca políticas e práticas que aumentem as oportunidades de emprego, promovam a igualdade salarial e incentivem o empreendedorismo feminino. Procuram-se iniciativas que ofereçam formação e capacitação profissional, acesso a financiamento e apoio ao desenvolvimento de negócios liderados por mulheres. Também são valorizados programas de renda específicos para reduzir a disparidade econômica de gênero e promover o empoderamento econômico das mulheres. Além disso, iniciativas que garantam suporte contínuo e formação profissional são essenciais para que as mulheres prosperem no mercado de trabalho.

## 5. FAMÍLIA E ECONOMIA DO CUIDADO

O trabalho não remunerado de cuidado e doméstico é frequentemente desvalorizado e gera sobrecarga para as mulheres. Esta categoria busca práticas e políticas que reconheçam e valorizem esse trabalho através da provisão de serviços públicos, infraestrutura adequada e políticas de proteção social. São desejadas também práticas que facilitem uma melhor conciliação entre vida profissional, familiar e social para reconciliar os papéis produtivos e reprodutivos das mulheres, promovam uma nova cultura de responsabilidade entre os homens para alcançar uma distribuição mais justa e equitativa das tarefas de reprodução, e ações positivas para alcançar a paternidade responsável, assumindo o cuidado infantil como uma responsabilidade coletiva e social, e não apenas materna.

## 6. SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

O acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade, especialmente em relação à saúde sexual e reprodutiva, afeta a qualidade de vida e a autonomia das mulheres. Esta categoria busca políticas que garantam acesso a serviços de saúde abrangentes e de alta qualidade, incluindo cuidados pré-natais e pós-natais, educação sexual abrangente, contracepção acessível e apoio à maternidade segura. Iniciativas que forneçam produtos menstruais seguros e acessíveis e que ajudem a eliminar o estigma associado à menstruação são igualmente importantes. Além disso, são procuradas políticas que promovam a saúde reprodutiva ao longo da vida, garantindo que as mulheres tenham acesso contínuo a serviços de saúde que atendam às suas necessidades específicas e promovam o seu bem-estar geral. Campanhas educativas e programas de conscientização também são valorizados para assegurar que as mulheres recebam as informações e o apoio necessários para tomar decisões informadas sobre sua saúde sexual e reprodutiva.

## 7. HABITAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO

A falta de moradia adequada e de planejamento urbano sensível às necessidades das mulheres é um problema crítico. Políticas habitacionais devem garantir moradias dignas, acessíveis e seguras, prevenir despejos forçados e assegurar direitos iguais à propriedade para mulheres. Isso inclui priorizar a titularidade feminina e respeitar as necessidades culturais das comunidades. Esta categoria também busca políticas que criem espaços públicos de qualidade, infraestrutura urbana inclusiva e transporte público acessível e seguro para as mulheres. As políticas devem levar em conta os diferentes padrões de mobilidade das mulheres, que frequentemente realizam trajetos mais complexos devido às responsabilidades de cuidado. A implementação de banheiros públicos adequados, boa iluminação nas ruas, ciclovias e calçadas acessíveis é essencial para garantir uma infraestrutura segura e inclusiva. Edifícios de uso misto e estabelecimentos comerciais comprometidos com a segurança das mulheres também ajudam a reduzir oportunidades para crimes, aumentando a percepção de segurança nas ruas.

## 8. VULNERABILIDADE AMBIENTAL E CLIMÁTICA

Os impactos desproporcionais das mudanças climáticas e desastres ambientais para as mulheres são uma preocupação crescente. Esta categoria busca programas e políticas que aumentem a resiliência das mulheres diante das mudanças climáticas e desastres ambientais, garantindo acesso a recursos sustentáveis e promovendo a educação ambiental. Busca-se iniciativas que empoderem as mulheres para liderar ações climáticas, integrando a perspectiva de gênero nas políticas de adaptação e mitigação climática. Políticas devem assegurar que as mulheres tenham acesso equitativo aos recursos naturais e a tecnologias sustentáveis que possam melhorar a resiliência das comunidades. Programas de capacitação em práticas sustentáveis e energia renovável são cruciais para permitir que as mulheres desempenhem um papel ativo na resposta às mudanças climáticas. Além disso, é importante promover a participação das mulheres em processos de tomada de decisão relacionados ao clima e ao meio ambiente, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades específicas sejam atendidas.

## 9. INTERSECCIONALIDADE & DIVERSIDADE

A interseccionalidade reconhece que as experiências das mulheres são moldadas por uma combinação de fatores

como etnia, raça, idade, renda, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, status de imigração e situação de mães solo. Esses fatores influenciam as necessidades e vulnerabilidades das mulheres, resultando em desigualdades complexas e interligadas. É essencial que programas e políticas ofereçam suporte específico e adaptado a esses grupos diversos, promovendo equidade e justiça social. Nesta categoria, destacamos iniciativas que abordam as nuances das experiências femininas, promovendo ambientes inclusivos e justos, e garantindo que todas as mulheres tenham acesso às oportunidades e recursos necessários para prosperar.

## 10. EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

A desigualdade no acesso à educação e às tecnologias, bem como as barreiras ao avanço profissional para mulheres, são desafios persistentes. Políticas devem garantir educação de qualidade para meninas e mulheres em todas as etapas da vida, desde a educação básica até a formação profissional e acadêmica avançada. Iniciativas devem incentivar a permanência escolar, promover desenvolvimento profissional contínuo e abordar disparidades de gênero em áreas STEM com mentoria, bolsas de estudo e conscientização. É essencial formar professores para lidar com questões de gênero, criar ambientes escolares inclusivos e adotar uma abordagem interseccional para atender a diversas necessidades. Paralelamente, é crucial garantir o acesso igualitário às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para mulheres e meninas. Isso inclui programas de capacitação digital, acesso a dispositivos tecnológicos e recursos de internet, e campanhas de conscientização para incentivar a participação feminina em áreas de STEM. A integração dessas áreas é fundamental para reduzir desigualdades e expandir as oportunidades para mulheres e meninas em um mundo cada vez mais digital e tecnológico.

## COMO PARTICIPAR?

As propostas de políticas poderão ser submetidas de **5 a 26 de agosto de 2024** através do [Formulário de Candidatura - Chamada de Boas Práticas para Políticas Locais de Gênero](#). Os municípios podem responder em português ou espanhol e poderão enviar até três propostas de políticas por município ou governo local.

## CRONOGRAMA:

13/08	Sessão informativa - <a href="#">inscreva-se aqui</a> 10h (BRT) - Sesión en portugués 11h (BRT) - Sesión en español
05/08 a 26/08	Período de candidatura
04/11	Anúncio das práticas selecionadas pelo Comitê de Avaliação
Novembro/24	Previsão do evento de lançamento da publicação
Dezembro/24	Reconhecimento das Boas Práticas selecionadas na Cumbre das Mercocidades em Esteban Echeverría, Argentina

## SOBRE A UNIDADE DE GÊNERO E MUNICÍPIO DA REDE MERCOCIDADES

A Rede Mercocidades nasceu em 1995, inspirada por uma integração regional diferente, com respeito a diversidade e com a vocação de construir uma cidadania participativa e sem fronteiras. 28 anos depois, tornou-se uma das mais importantes redes de governos locais da América do Sul e uma referência nos processos de integração regional.

Originalmente formada por 12 cidades, hoje conta com 380 cidades membro de 11 países do continente (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), onde habitam mais de 120 milhões de pessoas.

A Unidade Temática de Gênero e Município da Rede Mercocidades foi criada em setembro de 1999. A própria Rede Mercocidades foi estabelecida em 1995 para promover a participação e integração política, econômica, social e cultural dos principais centros urbanos da área de livre comércio da América Latina, conhecida como Mercosul. A rede reúne mais de 100 cidades no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, buscando consolidar seus processos democráticos. O foco principal da Unidade é fortalecer a participação política das mulheres através do trabalho em favor da igualdade de gênero; a premissa é que novas relações de gênero contribuirão para a plena cidadania das mulheres e destacarão o papel primordial que os governos locais podem desempenhar como facilitadores da igualdade de gênero.

O trabalho da Unidade de Gênero consiste em trocas e treinamentos projetados com quatro objetivos em mente: desenvolver estratégias para a participação política das mulheres; promoção do diálogo e das relações entre mulheres, organizações sociais, ONGs e governos locais; divulgação de políticas municipais de gênero como forma de tornar visível o papel dos governos locais na promoção da mudança sociocultural; e promoção de relações internacionais para compartilhar e consolidar o trabalho da Unidade de Gênero.

Entre 2023 e 2025, o Município de Niterói foi selecionado para ser a cidade coordenadora da Unidade de Gênero junto às cidades de Quilmes e Lincoln e está implementando um plano de trabalho de três anos para contribuir com a localização regional do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 sobre igualdade de gênero.

A Unidade de Gênero busca: fortalecer a agenda de gênero de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5; realizar fóruns de discussão regionais presenciais e online para monitorar a agenda de gênero; promover a troca de boas práticas na criação de projetos de gênero; expandir e fortalecer a assistência técnica e profissional em questões de gênero e prevenção da violência de gênero, em diálogo com governos regionais e Unidades Temáticas da Rede Mercocidades; intensificar a capacitação e promoção dos direitos das mulheres e da diversidade na luta contra a violência; e incentivar a cooperação entre cidades membro da Rede para implementar políticas públicas de gênero, com foco na aprovação de leis de proteção para meninas e mulheres.

## contato:

Caso tenha dúvidas sobre esta Chamada, entre em contato via e-mail: [genero.mercociudades@gmail.com](mailto:genero.mercociudades@gmail.com)

Mercociudades

 [mercociudades.org](http://mercociudades.org)

 [Facebook](#)

 [X](#)

 [LinkedIn](#)

 [YouTube](#)

# ANEXO: CHAMADA DE BOAS PRÁTICAS PARA POLÍTICAS LOCAIS DE GÊNERO

## FORMULÁRIO DE CANDIDATURA

As propostas devem ser submetidas até 26 de agosto de 2024 pelo formulário virtual no link a seguir: [Formulário de Candidatura](#)

### Informações Institucionais

- Selecione o país onde o município/governo está localizado

Argentina

Bolívia

Brasil

Chile

Colômbia

Equador

Paraguai

Peru

Uruguai

Venezuela

México

- Nome do município/localidade
- Secretaria ou departamento responsável pela política
- Nome completo da pessoa responsável pela submissão
- Cargo da pessoa responsável pela submissão
- E-mail da pessoa responsável pela submissão
- Telefone de contato do responsável pela submissão

### Informações sobre a Boa Prática

- Título da boa prática submetida
  - Selecione a categoria na qual a política se enquadra: [escolha a categoria com a qual a sua prática está mais correlacionada]
1. Governança inclusiva e transversalização de gênero
  2. Liderança e empoderamento político
  3. Segurança e combate à violência contra a mulher
  4. Renda e empoderamento econômico
  5. Família e economia do cuidado
  6. Saúde e direitos reprodutivos
  7. Habitação e planejamento urbano
  8. Vulnerabilidade ambiental e climática
  9. Interseccionalidade & Diversidade
  10. Educação e tecnologia

- **Contexto e relevância:**

Descreva o contexto local e os problemas enfrentados que levaram ao desenvolvimento da política (máximo 300 palavras).

- **Objetivos da prática:**

Liste os principais objetivos da política ou projeto (máximo 300 palavras).

- **Solução implementada:**

Descreva a solução proposta e como ela foi implementada, incluindo referências a leis, se houver (máximo 600 palavras).

- **Projeto piloto e inovação:**

Explique o que torna essa política inovadora e se houve algum programa piloto (máximo 300 palavras).

- **Impacto:**

Apresente os resultados e impactos comprovados da política até o momento, incluindo estimativas de quantificação do impacto (máximo 600 palavras).

- **Limites e potencial de melhoria:**

Descreva os limites enfrentados pela política e as áreas onde há potencial para melhorias (máximo 300 palavras).

- **Participação e Inclusão:**

Descreva se e como a política envolveu a participação da comunidade e considerou a inclusão de diferentes grupos (máximo 600 palavras).

- **Reconhecimento (opcional):**

Apresente, se houver, reconhecimentos da sua prática, como prêmios, intercâmbios, matérias na mídia, entre outros. É possível incluir links.

- **Potencial de Transferibilidade:**

Explique como essa política pode ser adaptada e aplicada em outras cidades ou contextos (máximo 300 palavras).

- **Documentação Complementares:** *[campo de anexo e textual para enviarem links]*

Anexe documentos complementares que suportem a submissão, como relatórios, avaliações, fotos, vídeos, etc. (opcional).

- Declaração de Autenticidade: Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e que a política/prática submetida foi desenvolvida e implementada pelo município/localidade mencionado.

- Declaração de Membresia: O governo que represento é membro da rede Mercociudades.